

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DO IROA, S.A.

JUNHO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia reuniu no dia 17 de junho de 2024 e da agenda da reunião constava a audição do Senhor Engenheiro Pedro Jácome de Carvalho e Cunha Hintze Ribeiro, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da IROA, S.A.

O *curriculum Vitae* do Senhor Engenheiro Pedro Jácome de Carvalho e Cunha Hintze Ribeiro fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).

CAPÍTULO II

AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO

O Senhor Engenheiro Pedro Jácome de Carvalho e Cunha Hintze Ribeiro, na qualidade de gestor indigitado para Presidente do Conselho de Administração do IROA, S.A., começou por agradecer o convite e a confiança do Governo Regional na sua pessoa, tendo aceiteado com gosto e sentido de responsabilidade esse convite.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Referiu que o aceitou com gosto porque para além de ser da sua área do ordenamento agrário, como devem ter reparado no meu currículo, quando iniciou as suas funções técnicas, partilhou muito conhecimento com o setor, com o Engenheiro Pedro Luis Cymbron, que foi o primeiro Presidente do IROA e, portanto, foi a pessoa responsável no governo de então do Dr. Adolfo Lima pela criação do IROA, que muitos benefícios tem trazido ao setor agrícola da região e neste sentido também me apraz realmente uma singela homenagem, a uma pessoa que muito fez pelo setor agrícola da Região Autónoma dos Açores.

Deu-se então início à primeira ronda de perguntas, começando por intervir a deputada Patrícia Miranda (PS), que fez algumas considerações, referindo a importância do IROA para quem é da área e para quem tem apreço pelo setor, e não de agora é de já algum tempo, é já há muitos anos, e isso é notório para a sua evolução nos últimos 20 anos, quer na eletrificação das explorações, quer na beneficiação e realização de Caminhos Agrícolas, no próprio abastecimento de água, em todos os apoios inerentes ao IROA.

Referiu que numa agricultura do presente, com todos os constrangimentos que são conhecidos e reconhecidos por todos, não se coaduna com aquilo que muitas vezes nós assistimos nos últimos três anos em que houve claramente um desinvestimento nas infraestruturas agrícolas, nomeadamente nos caminhos agrícolas. Não podemos acautelar a agricultura sem acautelar aquelas que são as dificuldades dos nossos agricultores e uma das formas de acautelar, por exemplo, o aumento dos custos de produção é dar-lhes melhores condições de trabalho que passam por vias em condições, por água mais próxima das suas explorações e por explorações cada vez mais eletrificadas. Isso não só permite uma maior competitividade das nossas explorações, como permite os nossos agricultores estarem mais bem posicionados no nosso mercado.

Começo por lhe colocar questões diretas: que garantias de pagamento é que neste momento tem ou pode vir a ter? Quais são os montantes que estão afetos para este ano, para o IROA, para fazer face a essas dificuldades?

O Eng. Pedro Ribeiro respondeu: não podia estar mais de acordo com a explanação da senhora deputada sobre a importância do IROA, aliás, vai ao encontro também das minhas palavras. Parte do Instituto é muito importante e tem sido muito importante para o desenvolvimento do setor na Região Autónoma dos Açores, quem viu o que era uma zona antes e vê depois da intervenção num perímetro de ordenamento agrário, percebe facilmente a importância do IROA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

E indo ao encontro da sua pergunta e de forma muito clara e pragmática, o IROA tem garantido as verbas necessárias através do contrato programa. O acionista é o Estado, o Governo Regional, e penso que todos aceitamos que o Estado é uma pessoa de bem e, portanto, as verbas que serão consignadas para o desenvolvimento das infraestruturas, serão aquelas que são contempladas no contrato programa de 2024; o contrato programa para 2024 são cerca de cinco milhões de euros. Como sabe, o contrato programa não foi celebrado uma vez que o Orçamento e o Plano foi aprovado tardiamente. Aliás, se tiveram oportunidade de ler o relatório e contas de 2021 do IROA é feita a referência pelo Conselho de Administração dessa entidade criada ao Conselho que se ia iniciar, ou seja, aprovação tardia do Orçamento e Plano e tomada de posse do Conselho de Administração tardia. Agora ainda estamos com maior entropia, um pouco mais à frente porque o orçamento foi aprovado tardiamente ou chumbado e aprovado tardiamente e neste momento ainda não tem o IROA o contrato programa celebrado. Terei depois para responder as verbas plasmadas e aprovadas no Plano e Orçamento deste ano de 5 milhões de Euros.

Como sabem estamos num ponto fundamental do processo, no final do quadro comunitário de apoio, portanto, estamos a encerrar o Prorural+, e estamos a iniciar o novo quadro comunitário, o PEPAC.

Temos uma taxa de execução neste momento desta medida de 72%, e de taxa de compromisso de 82%, portanto, o meu desiderato é que já iniciadas as obras, que consigamos fazer execução até aos 82%, portanto, puxar a taxa de execução dos 72% para os 82%, igualando a taxa de compromisso com a taxa de execução.

Não poderei afirmar que não haverá restrições em 2024, porque vai, pois temos um dado externo que não depende do IROA, nem do Governo Regional, que foi uma decisão comunitária de centralizar no país todos os programas de apoio, e, portanto, como sabem, o Ministério da Agricultura está a desenvolver um programa informático para as candidaturas das várias medidas do país inteiro, que está muito atrasado. Esperamos que agora haja um impulso para que se consiga em 2025, ter o início do PEPAC a funcionar com o sistema de candidaturas a funcionar e, portanto, até para lhe responder com frontalidade em 2024 temos o que está em decurso, em 2025 está pendente do início do PEPAC.

Na réplica, a deputada Patrícia Miranda com base nas suas respostas, questiono consegue justificar, porque é que é que em 2023 o Governo não pagou a totalidade do contrato programa que estava disposto, faltando pagar quase dois milhões de euros. Não seriam esses dois milhões de euros que fariam toda a diferença na manutenção e beneficiação dos caminhos agrícolas. E se



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

nós olharmos para o relatório de contas de 2023 e vemos claramente que, por exemplo, na parte dos caminhos agrícolas. Foram executados apenas cerca de 500 mil euros. E sim, não se coaduna, nem tudo é desculpa do orçamento, não cobre todas as dificuldades e esta é uma lacuna muito grande que todos os dias os nossos agricultores sentem na pele.

O Eng. Pedro Ribeiro respondeu: as decisões do anterior Conselho de Administração, ainda não estou devidamente avalizado, mas posso dizer, e está no relatório e contas, foi colmatada com a dívida de curto prazo da conta corrente caucionada, precisamente para não haver essa dificuldade de pagamentos e de execução. Também está no relatório a dívida comercial que é residual por causa disso, são cerca de 10 mil euros, foi sempre uma preocupação não prejudicar as empresas. O Presidente do Governo, já no Governo anterior, disse bastantes vezes que o Governo cria a funcionar para funcionar as empresas e a funcionar bem. E nesse sentido, penso que o Conselho de Administração decidiu bem com os factos que tinha, recorreu a um mecanismo que tem a conta corrente caucionada, para fazer face essa esses dois milhões que não entraram no contrato programa.

O deputado Carlos Silva (PS) deu início à segunda ronda de perguntas, começou por realçar a importância do IROA como uma empresa relevante no reforço da competitividade das explorações agrícolas e reconheceu a experiência acumulada do indigitado no setor agrícola.

Questionou se já está escolhida a restante equipa que o irá acompanhar no Conselho de Administração. Porque isso também é relevante. Pela cobertura geográfica, pela capacitação que também dá ao nível de outras competências. Portanto, essa é uma pergunta que gostaria de colocar e aguardo pela também pela sua resposta.

Referiu que pelo desinvestimento acrescido das intempéries o estado dos caminhos agrícolas é problemático, não apenas em São Miguel, mas em toda a Região. Mais do que a mensagem, qual é o trabalho que pretende vir a desempenhar na recuperação destes caminhos, sendo certo que a escassez de recursos é sempre um fator determinante? O contrato de programa não vai esticar muito mais, o financiamento comunitário também tem algumas limitações, portanto, o que é que os agricultores em geral podem esperar do IROA nessa vertente?

Fez ainda referência a matérias adicionais, que também são relevantes que não foram ainda abordadas. Tem a ver com a questão da reestruturação do setor, as reformas antecipadas, alguns atrasos significativos no pagamento destes apoios. E pergunto também, quais é que são os objetivos para o seu mandato nesta área?



O Eng. Pedro Ribeiro respondeu, quanto aos restantes elementos do Conselho de Administração, estou em conversações com o acionista, que o responsável não só pela indigitação do presidente como dos restantes vogais. Neste momento ainda não estou indigitado, pelo que não lhe posso avançar com ou outros da Administração. Claro que as questões que colocou são pertinentes. Mas quanto à questão da redução nos Caminhos? Ela Foi compensada pelo investimento na água, que todos concordámos que foi um foco diferente e um foco muito importante. O IROA no início teve um pendor muito elevado na questão das infraestruturas rodoviárias e nestes últimos anos, tem tido um pendor mais virado para a questão do abastecimento de água, pelas alterações climáticas que estão a acontecer. Portanto, eu penso que uma coisa foi compensada com a outra. Se houve uma redução em 2023, o ano de 2022 foi um ano de grande investimento pelo anterior Conselho de Administração, com uma execução bastante boa.

Há aqui uma preocupação que eu tenho e que Conselho de Administração vai ter, e que vai também ao encontro da reestruturação do setor. Tivemos no último ano um acréscimo substancial na despesa nas duas medidas da reestruturação, quer seja do RICTA, apoio à aquisição dos terrenos, quer seja das reformas antecipadas, e se virem é um valor bastante significativo. Estamos a falar num valor de 1 milhão de euros para as reformas antecipadas, de 565 mil euros para o RICTA. Derivou do suporte do custo de juros na banca, com acréscimo da subida substancial dos juros, obrigou o Estado a pagar o que era devido às entidades bancárias e, portanto, não é uma questão que esteja no domínio do IROA, mas é uma questão que o IROA tem que cumprir e preocupa o próximo Conselho de administração esta situação, ou seja, o contrato programa vai ter que acautelar, esta enorme subida de valor que foi afeto à reforma antecipada, e ao RICTA. Hoje foi fruto realmente da maturação do programa, seja com as análises todas feitas das reformas antecipadas dos 101 processos de reforma antecipada em pleno pagamento, subiu para 1 milhão de euros esta medida, é um valor significativo no orçamento do IROA, passámos de um valor praticamente residual para 1 milhão de euros. Claro está, que esse valor vai em decréscimo até 2028, porque, entretanto, as pessoas vão entrando no sistema de reformas normais, atingem a sua idade de reforma, e passam para a reforma normal, portanto, vão saindo do IROA, mas de facto, essa é uma questão que no próximo mandato, o Conselho de Administração tem que lidar. Tem que sensibilizar o acionista para que o contrato de programa de facto plasme esse valor, porque não temos volta a dar, nem esperança também que os juros comecem a baixar e, portanto, com o valor do RICTA, começa a baixar e nessa área também o Conselho de Administração tem uma preocupação, aliás, uma preocupação que já é minha, de alguns anos para cá. Já como Diretor do Serviço de São Miguel há uns anos a essa parte, deixou de haver qualquer monitorização sobre a questão do arrendamento rural. Quando eu digo monitorização, perdeu-se um bocadinho, e não



existe neste momento nos serviços oficiais, um estudo valores indicadores referentes à mobilidade da Terra, por via do arrendamento rural nem tão pouco a valores de arrendamento. Isso é fundamental para se ter uma política sócio estrutural nessa área e, portanto, o Conselho de Administração quando iniciar funções, tem por tem por objetivo dentro do IROA promover esse estudo.

Com a alteração da lei do arrendamento rural, o sistema antigo obrigava a que, para além da entrega do contrato de arrendamento nas Finanças, fosse feito no Serviço de Desenvolvimento Agrário respetivo de ilha, com a mudança acho que é de 2008 do arrendamento rural, a obrigatoriedade passa a ser só nas finanças e, portanto, perdendo a Secretaria a forma de aferir, isso para mim é fundamental. Nós temos que perceber isto, porque depois qualquer política que se lance, quer seja do RICTA, quer seja da reforma. O Objetivo é, de facto, libertar a área para reestruturar a área dos que cá estão. Se nós formos aos valores, temos aquela área inicial de 12.000 hectares libertos naqueles 3 quadros comunitários e depois só temos aqui uma área liberta, já com orçamento da região de 1.200 hectares. Isso significa 10% da superfície agrícola útil da Região, é um período muito longo, para só se movimentar 10%, no meu entender, mas sem conhecer os indicadores, nós não conseguimos, e este é um objetivo que tenho no IROA.

Neste momento, a avaliação que fiz do quadro técnico do IROA, infelizmente está reduzido, porque de facto, tínhamos e temos, pessoas competentes, principalmente na engenharia civil, mas o mercado da maneira como está é muito aliciante. As pessoas saírem, do irem para o privado, porque, de facto, as empresas de construção, estão a requisitar profissionais na área e, por isso é que temos uma redução, por isso mesmo se verificarem a massa salarial do IROA decresceu, e para nós mal, pois é sinal da perda de técnicos competentes para as empresas privadas.

Na réplica o deputado Carlos Silva, referiu que a redução nos caminhos agrícolas foi de quase dois milhões de euros face a 2022, por sua vez o aumento do investimento no abastecimento de água foi de 900 mil euros, obviamente não compensa, há outros investimentos que foram feitos, é verdade. Mas ainda assim, a redução nos caminhos agrícolas é muito significativa e não haveria qualquer problema se não houvesse a necessidade de recuperar os caminhos, mas a verdade é que existe. Falou aqui também da reestruturação do setor, das reformas antecipadas. A pergunta que faço é, como é que perspectiva o setor em 2028, por exemplo, vai continuar a existir? Concentrações, consolidação e o desaparecimento entre aspas de pequenas explorações e a concentração é maior. É essa a tendência que vamos continuar a seguir e se isso resulta da necessidade de reforço da competitividade, das explorações, dificuldades na mão de obra também que é um fator relevante faço essa questão.



Segunda pergunta é para si a principal o principal objetivo estratégico do IROA para os próximos anos? São os caminhos agrícolas, a recuperação e o abastecimento de água ou, por exemplo, a eletrificação. Qual é que é o fator determinante para o reforço da competitividade? E uma última questão que resulta daquilo que disse há pouco. Encontra neste momento aquilo que disse um quadro de pessoal limitado para aquelas que são as funções do IROA. Pergunto se o objetivo também reforçar o quadro de pessoal, contratar pessoas, sobretudo quadros mais qualificados em determinadas áreas e quais?

O Eng. Pedro Ribeiro respondeu de forma clara, pretendemos ter explorações com outra dimensão, se nós olharmos para as estatísticas do INE de 2009 a 2019, aumentámos a área média das explorações de 9 hectares para 11 hectares, e, portanto, continuamos a ser a zona do país em que a área média das explorações a mais reduzida a média nacional são 14 hectares. Nós aqui estamos só com 11 hectares. Para além da questão da sustentabilidade económica das explorações, para mim, que vivo com os agricultores diariamente, há uma questão que me preocupa sempre, os agricultores, têm de ter uma vida social equiparada aos outros setores de atividade. Não podemos continuar a ter situações em que os agricultores, apesar de serem empresários em nome individual e assim quererem ser, têm dificuldades no seu dia a dia, não só económicas como sociais; necessitam de ter disponibilidade, por exemplo, a família, como todos os outros profissões. Isto só se consegue de facto, com outra dimensão nas explorações. Se não tivermos outra dimensão nas explorações que permita o empresário agrícola ter um outro recurso humano a trabalhar com ele, vivem e ficam dependentes 365 dias do ano da sua atividade, principalmente na bovinicultura de leite, não acontecendo o mesmo nas hortícolas. O aumento das explorações é uma tendência, não é só nacional, é uma tendência mundial que tem sido de crescimento. Aliás, as previsões do Gabinete de planeamento do Ministério da Agricultura é que chegados 2030, cerca de 90% da produção nacional será produzida por essas grandes explorações. Há uma preocupação muito grande com os sistemas menos dinâmicos e menos produtivos. Já sabemos que os sistemas mais produtivos e nas zonas de boa aptidão de produção, as coisas que estão a funcionar nos sistemas mais débeis e mais fracos é que existem grandes problemas, mas a grande preocupação era a manutenção dos 2 sistemas. Como é que vamos arranjar aqui políticas públicas de manutenção de ampliar esses 2 sistemas? É uma preocupação muito grande manter a ocupação do território com esses sistemas que são menos dinâmicos, que têm terrenos de menor aptidão.



Quanto à última questão que colocou a de onde é que se vai colocar? Temos aqui um novo dado, em 2015, com a saída do Reino Unido da União Europeia houve uma tentativa de redução do volume do orçamento da PAC que na altura apontava se a redução de 5% do orçamento e, é claro, que nenhum setor agrícola de nenhum país concordou e, portanto, fizeram as démarches necessárias. Até nós aqui nos Açores, tivemos quanto a mim e penso que continuo com essa dúvida. Em que a ideia da Comissão Europeia era não baixar as ajudas no primeiro pilar, portanto aquelas ajudas diretas que se paga o rendimento do produtor e baixar nestas ajudas do segundo pilar, que era do desenvolvimento rural. E foi essa Mensagem que a Comissão Europeia mandou. Na altura, todos nos lembramos que a determinada altura fomos todos surpreendidos, ainda no último Governo do PS, com a redução do POSEI em 3,9%, que ninguém percebia, pois nos documentos escritos do Parlamento à Comissão em que referia que o POSEI como o nosso primeiro pilar e, se a política geral da Comissão Europeia era reforçar o primeiro pilar e reduzir aqui, era uma decisão da Comissão, como é que nós íamos ficar afetados de duas maneiras e ficaríamos afetados no segundo pilar no desenvolvimento rural, como ficámos, mas ficaram todos, e no primeiro pilar no POSEI.

O primeiro Governo de Coligação tomou uma decisão importantíssima que foi pagar os rateios, passamos de uma situação em que tínhamos uma previsão de um corte de 3,9% no POSEI, para uma situação em que o Governo decide compor, não reduz o POSEI por via da Comissão, também da decisão que mais tarde reconheceu o problema, e repor o valor muito significativo em termos do POSEI.

Relativamente à prioridade que o Conselho de administração terá, e de forma clara, está nos documentos também, não há volta a dar nós neste quadro do PEPAC, que já está atrasadíssimo para cinco anos, temos duas medidas das infraestruturas, Matadores e Caminhos, temos 13 milhões de euros. Isso em termos de valor anual, é um pouco mais baixo, para o Conselho de Administração de facto, neste momento é prematuro, dizer que se vamos tender mais para o abastecimento de água, atender mais para os caminhos para as infraestruturas, para a eletricidade. Temos que avaliar isso de forma técnica, com a opinião técnica dos técnicos que lá estão agora. O IROA quando foi criado e durante muito tempo, preocupou-se precisamente por isso que estamos aqui a falar, contratualizar os projetos de investimentos, submetê-los à autoridade gestão, executar a obra e fazer o pagamento. Quando começa a haver pressões sobre o IROA de que são legítimas Juntas de Freguesia de Câmaras Municipais, para que o IROA assuma as responsabilidades desses dessas entidades, começamos a complicar aqui, a desviar o foco do investimento do IROA e começamos a canalizar verbas, para outras áreas que não propriamente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

aqui, portanto, o Conselho de Administração que vier vai ter que ter essa preocupação muito vincada.

Não sei como está o trabalho da Comissão para o Estatuto das Vias Terrestres, enquanto não existir um novo, o que existe na lei, não vejo lá nenhum caminho do IROA, e ouço frequentemente toda a gente falar em caminhos do IROA. No atual Estatuto das Vias Terrestres está lá bem definido que é responsabilidade da via, já tive inclusive esse debate com autarcas.

Os caminhos poderão passar para o IROA se o acionista disser que assim é e se estiver previsto no novo Estatuto das Vias Terrestres a aprovar pela Assembleia. O Conselho de Administração, qualquer que seja, terá de cumprir e neste momento parece-me excessivo. Isto vai ao encontro do tal desprestígio que às vezes vejo e com o qual não concordo, que se atribui ao IROA porque o IROA não faz, não arranja, não interfere. O IROA não pode ter competências nas vias de 156 freguesias dos Açores, não tem capacidade nem técnica nem financeira, o IROA não pode assumir responsabilidades que não são suas, pode dar uma ajudar se o acionista assim o determinar.

Na terceira ronda de perguntas começou por intervir a deputada Patrícia Miranda referindo-se a declarações do Secretário Regional da Agricultura, mencionando a necessidade de novos métodos para recuperar os caminhos agrícolas, referindo mesmo que estão a ser desenvolvidos e estão a trabalhar em métodos mais eficientes. E a pergunta que lhe faço é que métodos são esses? O que é que vai ser diferente agora? E porque é que não foi aplicado anteriormente? Quando chegamos ao ponto em que estamos, ou seja, a justificação é que foram feitos investimentos noutras áreas, mas nós não podemos chegar ao ponto em que chegámos e termos caminhos completamente degradados, que nos últimos três anos estão quase intransitáveis. E contrapondo algumas coisas: as Juntas de Freguesia, infelizmente, não têm os recursos que tinham antigamente, os chamados programas ocupacionais. Decidiu este Governo acabar com os programas ocupacionais. É claro que isso cria uma lacuna nas Juntas de Freguesia, lacuna essa que as Juntas conseguiam colmatar o ajudar, retirar serviços e pressão, por exemplo, do IROA e dos serviços públicos que agora não conseguem. Ou seja, quando nós retiramos recursos, cabe ao Governo haver uma estratégia, a capacidade de repor aquilo que esses recursos estavam a fazer. Não fazendo, é claro que nós chegamos a este ponto.

O deputado Joaquim Machado (PSD) começou por dizer que a indigitação do Eng. Pedro Ribeiro, conforta e muito o seu grupo parlamentar pelo seu conhecimento técnico da área, pela experiência profissional acumulada que tem da área, o que há se traduz, numa decisão acertada do Governo Regional através deste convite.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O senhor engenheiro já teve oportunidade de traçar algumas linhas daquilo que será a sua orientação. Não está aqui para ser julgado por aquilo que foi a atividade IROA até porque não tinha essa responsabilidade, mas se também se houvesse aqui nesta audição já estava devidamente justificado. E relevo aqui a avaliação que faz daquilo que foi a intervenção do IROA ao nível dos caminhos agrícolas de uma responsabilidade que não é apenas da Região, ela reparte-se também com as responsabilidades que neste domínio existem nas autarquias. Não poderei deixar de fazer uma recomendação ao futuro Presidente do IROA de que não recorra a trabalhadores de programas operacionais, porque isso efetivamente não só não resolve o problema de fundo, como em última instância não dignifica quem está nesses programas, como nós sabemos. A Região por via da ação dos dois governos da coligação. Este segundo, que ainda está em início de funções, reduziu significativamente o número de trabalhadores em programas ocupacionais pela sua integração nos quadros quer da Região, quer também pela dinâmica que foi possível aqui, pôr no plano de atividade privada, com absorção de muita mão-de-obra. Tanto assim é que aquilo que nós tínhamos antes que era um problema do desemprego, para uma falta de mão de obra.

O deputado Carlos Silva esclareceu que quando a deputada Patrícia Miranda faz a referência aos programas ocupacionais isso resulta do facto do senhor engenheiro ter referido que o IROA não consegue fazer tudo, e não o conseguindo, obviamente que intervenções que eram feitas pelas Juntas de Freguesia, com os meios que tinha ao seu dispor e os meios eram os programas ocupacionais que, não sendo a solução ideal, conferiam, ainda assim, dignidade e rendimento a quem prestava esse serviço é um serviço relevante. Obviamente, se pudermos ter um contrato de trabalho estável para todos, melhor ainda, mas naquele tempo era foi essa opção e eram esses os recursos que estavam disponíveis e por isso é que existia algum trabalho que era feito pelas Juntas de Freguesia, nas pequenas manutenções em caminhos Agrícolas, que deixaram de conseguir fazer, e não conseguindo fazer tem de recorrer a quem está disponível para o fazer, e o IROA no fundo, é a primeira entidade disponível e geralmente o diálogo com o IROA é um diálogo mais célere, mais fácil, mais eficaz e a atuação também consegue ser mais fácil. Mas aquilo que nós percebemos é que reconhece que o IROA por um lado não tem a competência na gestão e na recuperação destes Caminhos, e, por outro lado, a competência, não sendo em muitos casos, é do Governo Regional, ela acaba por ser delegada no IROA.

A pergunta que faço é, essa competência deve ser o quê? Transferida ou delegado numa nova alteração que possa ser feita de legislação e transferida para as autarquias? Ou porque também se formos para o campo da das Juntas de Freguesia, a dificuldade é maior porque os recursos são



ainda mais escassos. Pergunto se defende uma alteração da legislação o mais rapidamente possível e se essa alteração da legislação até já foi sugerida ao acionista na qualidade do Governo Regional.

O Eng. Pedro Ribeiro respondeu às perguntas que lhe foram colocadas, começando pela deputada Patrícia Miranda a questões de os valores serem inferiores ou superiores anualmente, também derivam pouco da do ritmo de execução das obras que são lançadas há anos, que concentra o final da obra e os pagamentos. A taxa de execução sobe, no ano a seguir tivemos no início do lançamento de novas obras, a taxa de execução é normal que baixe. Mas questão que queria releva é que se virmos a série estatística do IROA desde 2007, desde que foi criada, a sociedade anónima é mais ou menos é mais ou menos igual em termos de investimento, sobe e desce, mas isso vai ser isso vai ser normal com aquilo que falei há pouco atrás. É normal que em 2025 este Conselho de Administração que se inicia, não tenha grande sucesso nessas taxas de execução. Porque vos digo, se nós não tivermos o sistema disponível a nível nacional de candidaturas em termos de PEPAC, é evidente que vamos atrasar imenso, esta é uma preocupação cada neste momento é que não é só o fechar este quadro é o início do próximo quadro e a execução do próximo quadro. Portanto, foi-me transmitido pelo Conselho cessante que tem a carteira, vários projetos não podem ser lançados agora, mas pode disponíveis para 2025

Dentro daquilo que agora não vos consigo responder, que será uma decisão do Conselho de Administração da onde é que vamos alocar mais verbas, como vos disse são reduzidas, aquilo que chamei a atenção a atrás em relação às reformas e ao RICTA, enquanto série estatística de 2007 a 2023, nós temos um peso de 80% para investimento em infraestruturas e 20% para o investimento social, RICTA e reformas. Em 2023 isso muda um pouco o panorama, estamos 70% para as infraestruturas e já 30% para as duas medidas sociais, ou seja, dentro do orçamento do IROA, a parte a subida das taxas de juro e o plano de pagamento das reformas antecipadas foi preciso decidir. O Conselho de Administração gerar o orçamento que tem e o valor que tem no contrato programa e, portanto, tem que ser uma decisão. Há decisões boas que agradam a decisões boas que não agradam e a decisões más que todos nós erramos e, portanto, possivelmente também vamos ter decisões más. Porque é mesmo assim é.

Respondente, se me permitem ao senhor deputado Joaquim Machado e senhora deputada Patrícia Miranda, quando os programas ocupacionais pessoalmente e penso que o Conselho de Administração também não tem a não tem a visão dos programas ocupacionais, acompanha a visão do Senhor Presidente do Governo, que tem tido bastante as vezes que as empresas a funcionar e ter um Governo que ajude as empresas e não que não que prejudica as empresas, e é



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

um facto de estarmos em pleno emprego, principalmente nessas áreas do setor agrícola, construção civil, podemos contratualizar as empresas e não estar com os programas ocupacionais nas Juntas de Freguesia, portanto, é uma visão, a não ser que o acionista mude a indicação pois o Conselho de Administração executa a política do acionista.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Carlos Silva da sobreposição das competências é uma coisa que me preocupa. Dou-lhe um exemplo concreto: quando o IROA faz uma intervenção de limpeza de um talude, de um prédio, está a contrariar o Código Civil, e, portanto, das duas uma, é a tal história, nós já temos uma rede de caminhos chamadas de IROA de 400 km, 300 e tal quilómetros. Se anualmente vamos fazendo investimento e vamos construindo vias e vamos assumindo a responsabilidade pela manutenção da via e da limpeza da via, é impossível fazê-lo com os contratos programa sempre iguais. Ou nós vamos para uma política que o IROA assume tudo por delegação de competências, como disse, é possível. O acionista dá indicação ao IROA a que tem que assumir essa competência e o IROA assume. Não podemos estar aqui a assumir competências. Os municípios muitas vezes insurgem-se contra o Governo Central por causa da descentralização de competências na área da Educação, da Saúde e por aí fora, porquê? Porque não querem assumir competências sem ter a respetiva verba, por isso põe-se todos. Diria que não queria assumir responsabilidades que não são do IROA, que são de quem forem, dos Municípios, se for uma via regional para estrada, Secretaria Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas, se for na SCUT e da SCUT por via do contrato de concessão. Quando se consegue acomodar estamos disponíveis para colaborar com todos.

Não quero parecer que estou contra os municípios, nem contra as Juntas de Freguesia senão tenho um problema amanhã com toda a gente contra mim. Os anteriores presidentes tiveram uma belíssima relação com os presidentes de câmara e é isso que quero ter.

<https://video.alra.pt/Asset/Details/7c36fe61-1891-4832-89d3-7c6fcc62092a>

CAPÍTULO III

POSIÇÃO DOS PARTIDOS

- **Do Partido Social Democrata (PSD):**

O PSD vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

- **Do Partido Socialista (PS):**

O Partido Socialista abstém-se quer relativamente à indigitação, quer relativamente ao relatório.



- **Do Partido Chega (CH):**
O CHEGA vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.
- **Do Bloco de Esquerda (BE):**
O Bloco de Esquerda vota favoravelmente o relatório e abstém-se de se pronunciar relativamente às pessoas indigitadas, uma vez que essa é uma responsabilidade do Governo Regional.
- **Do Partido Popular Monárquico (PPM):**
O Partido Popular Monárquico vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.
- **Do Partido Iniciativa Liberal (IL):**
A Iniciativa Liberal vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza da audição realizada, a Comissão Especializada Permanente Economia deliberou, por maioria com os votos a favor do PSD, CHEGA, BE e IL e com voto de abstenção do PS, na reunião de 18 de junho de 2024, aprovar o presente relatório.

Velas, 20 de junho de 2024.

O Relator

Paulo Silveira

O Presidente

Paulo Simões